



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**RETIFICADO**

**1 - OBJETO**

1.1 Solicita-se contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (um) veículo 0 km (zero quilômetro) do tipo "Van" para a Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto - GO, com as seguintes configurações, visto serem os mais adequados para as necessidades administrativas da Casa Legislativa:

Nº do item	Unid.	Qtd.	Descrição	Modelo de Referência	Valor Unitário	Valor Total
01	Un	01	<p><b>VEÍCULO TIPO VAN, NOVO (ZERO QUILOMETRO), ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, ADMITINDO-SE ANO 2026 E MODELO 2027; COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 17 (DEZESSETE) PASSAGEIROS MAIS 01 (UM) MOTORISTA (17+1); MOTORIZAÇÃO A DIESEL; COR PRATA; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, COM 10 (DEZ) VELOCIDADES; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES OU 100.000 (CEM MIL) QUILOMETROS, O QUE OCORRER PRIMEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</b></p> <p><b>Ficha Técnica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Altura do veículo (mm) 2781 teto alto</li><li>• Capacidade de carga (Kg) 1356</li><li>• Capacidade máxima de reboque com freio (Kg) 750</li><li>• Capacidade máxima de reboque sem freio (Kg) 750</li><li>• Capacidade volumétrica (m³) 15.1</li><li>• Categoria de Habilitação (CNH) D</li><li>• Combustível Diesel</li><li>• Comprimento do veículo (mm) 6704</li><li>• Direção Elétrica</li><li>• Distância entre eixos (mm) 3750</li><li>• Freios Dianteiros e traseiros à disco</li><li>• Largura do veículo com espelhos (mm) 2474</li><li>• Largura do veículo sem espelhos (mm) 2126</li><li>• Montagem Acabado (original de fábrica)</li><li>• Motor 2.0</li><li>• Peso bruto total legal (kg) 4600</li><li>• Peso bruto total técnico (kg) 4600</li><li>• Peso do veículo em ordem de marcha (Kg) 3244</li><li>• Pneus 195/75 R16 rodado duplo</li></ul>	FORD TRANSIT MINIBUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00



		<ul style="list-style-type: none"><li>• Potência 165cv / 125kW @3500rpm</li><li>• Rodas de Aço Estampado 16"</li><li>• Tanque de combustível (L) 71</li><li>• Torque 39,7 kgf.m/ 405N.m @1.750-2.500rpm</li><li>• Tração Traseira</li><li>• Transmissão automática 10 velocidades</li></ul> <p><b>EXTERIOR</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cor prata</li><li>• Abertura de porta traseira com 270 graus</li><li>• Estribo lateral elétrico</li><li>• Gancho para reboque dianteiro</li><li>• Retrovisores externos com ajuste elétrico e indicador de direção e seta nos retrovisores</li></ul> <p><b>INTERIOR</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Alto Falantes 6</li><li>• Apoio de braço dianteiro para motorista</li><li>• Apoio de cabeça dianteiro com regulagem</li><li>• Ar-condicionado frontal</li><li>• Ar-condicionado traseiro</li><li>• Banco do motorista com ajuste de altura, encosto e lombar</li><li>• Bancos de passageiros com fileira central</li><li>• Bancos de passageiros reclináveis</li><li>• Entradas USB para motoristas e passageiros</li><li>• Porta copos e garrafas</li><li>• Rádio AM/FM</li><li>• Tomadas 12v</li><li>• Vidros elétricos dianteiros com sistema abre e fecha um toque para cima/baixo</li><li>• Volante com ajuste de altura e profundidade</li></ul> <p><b>SEGURANÇA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acendimento automático dos faróis</li><li>• Airbag 2 (Motorista e Passageiro)</li><li>• Alerta de colisão</li><li>• Alerta de limite de velocidade</li><li>• Tacógrafo eletrônico, com a primeira aferição já realizada em estabelecimento especializado e devidamente credenciado pelo <b>INMETRO</b>.</li><li>• Assistente Autônomo de Frenagem com detecção de pedestre</li><li>• Assistente de partidas em rampas</li><li>• Assistente de permanência em faixa</li></ul>			
--	--	--	--	--	--



		<ul style="list-style-type: none"><li>• Controle Adaptativo de Carga</li><li>• Controle Eletrônico Anti-capotamento</li><li>• Controle Eletrônico de Estabilidade</li><li>• Detector de Fadiga</li><li>• Luz de condução diurna</li><li>• Sensor de Chuva</li><li>• Sensor de estacionamento dianteiro</li><li>• Sensor de estacionamento traseiro</li><li>• Sistema de Monitoramento de Ponto Cego (BLIS)</li><li>• Trava elétrica das portas</li><li>• Travamento automático das portas</li></ul> <p><b>TECNOLOGIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Bluetooth</li><li>• Câmera de ré</li><li>• Central Multimídia no mínimo de (pol) 12"</li><li>• Chave canivete com limite de velocidade programável</li><li>• Comandos de áudio no volante</li><li>• Comandos de voz</li><li>• Computador de bordo</li><li>• Conectividade via aplicativo</li><li>• Conexão Android Auto / Apple Car Play Sem Fio</li><li>• Entradas USB 5</li><li>• Limitador de velocidade</li><li>• Modos de condução</li><li>• Monitoramento de Pressão de Pneus</li><li>• Piloto automático adaptativo</li><li>• Rádio AM/FM</li><li>• Retrovisor elétrico rebatível</li></ul> <p><b>CONFORTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Película Window blue no para-brisa.</li><li>• Película Window premium G-35 nas portas dianteiras</li><li>• Película Window premium G-20 nas laterais e vidros traseiros</li></ul> <p>Será obrigatório a fabricante possuir concessionária autorizada no Distrito Federal ou em um raio de 200 km do Município de Santo Antônio do Descoberto para possibilitar as revisões programadas do veículo. O veículo a ser adquirido deverá ser novo, de primeiro uso, e entregue já devidamente emplacado em nome da contratante.</p>			
--	--	---	--	--	--



		<p>Marca de reconhecimento nacional e que possua sede nacional.</p> <p>Entrega na sede da Câmara Municipal em guincho caso a concessionária ou fabricante vencedora esteja localizada acima de 200 km (duzentos quilômetros) da sede da Câmara Municipal. Caso esteja localizada a menos de 200 km (duzentos quilômetros), o Diretor de Transportes irá buscar o veículo no estabelecimento da contratada.</p>			
--	--	--	--	--	--

**IMAGEM ILUSTRATIVA DO MODELO DE REFERÊNCIA**



**2- JUSTIFICATIVA DA COMPRA**

**2.1-** A presente solicitação visa à aquisição de 01 (um) veículo utilitário tipo Van, com capacidade para 18 lugares (17 passageiros + 1 motorista), com o objetivo de atender às demandas de transporte institucional da Câmara Municipal.

**2.2 -** A necessidade decorre da crescente demanda por deslocamentos de vereadores e servidores em atividades oficiais, especialmente em trajetos de média e longa distância, exigindo solução que proporcione maior conforto, segurança e eficiência. A exemplo, a Câmara Municipal possui 15 vereadores e, na soma de vagas dos veículos existentes na frota atual, não é possível leva-los todos ao mesmo tempo, ou exigiram-se 04 veículos simultâneos para tal deslocamento.

**2.3 -** A aquisição permitirá a substituição de múltiplos veículos em deslocamentos coletivos, promovendo melhor organização logística e redução de custos operacionais.



**2.4** - Atualmente, os deslocamentos de vereadores e servidores para participação em compromissos oficiais, eventos institucionais, capacitações, diligências e outras atividades administrativas são realizados, em grande parte, por meio de múltiplos veículos de menor capacidade, o que acarreta aumento de custos com combustível, manutenção, diárias e desgaste da frota.

**2.5** - Nesse contexto, a aquisição de veículo com maior capacidade de transporte apresenta-se como medida necessária para promover a racionalização da utilização da frota pública, permitindo o deslocamento de um maior número de passageiros em uma única viagem, reduzindo significativamente os custos operacionais e aumentando a eficiência logística.

**2.6** - Além disso, o uso de uma Van proporciona melhores condições de conforto e segurança aos ocupantes, especialmente em viagens de média e longa distância, contribuindo para o bem-estar dos agentes públicos no desempenho de suas funções institucionais.

**2.7** - A medida também se justifica sob o aspecto da economicidade, uma vez que reduz a necessidade de utilização simultânea de vários veículos, implicando menor consumo de combustível, menor incidência de manutenção corretiva e preventiva e menor custo global de operação da frota.

**2.8** - Outro ponto relevante é o ganho em planejamento e organização administrativa, permitindo melhor gestão dos deslocamentos institucionais, maior previsibilidade de uso e otimização dos recursos públicos disponíveis.

**2.9** - Importante destacar que a aquisição de veículo próprio se mostra mais vantajosa em comparação com a eventual locação, tendo em vista que esta implicaria em despesa continuada e, a longo prazo, mais onerosa para a Administração Pública, além de reduzir o controle direto sobre a disponibilidade do bem.

**2.10** - Dessa forma, a contratação pretendida encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, configurando-se como medida adequada e necessária para aprimorar a gestão do transporte institucional.

### **3 - DO PAGAMENTO**

**3.1** – A Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto pagará a Contratada, o valor do produto, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

**3.2** – A Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da prestação, se o produto fornecido não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

**3.3** – Nenhum pagamento será efetuado à proponente vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

### **4 – DA CLASSIFICAÇÃO DE BEM COMUM**

**4.2** - Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

- a) são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- b) possuem especificações usuais de mercado;
- c) e possuem disponibilidade no mercado.

**4.2** – Logo, o objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns, conforme definido no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

### **5 - AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**5.1** - O custo total da presente contratação será de verificado entre a proporção do valor unitário e a quantidade estimada.

**5.2** - O custo será apurado a partir de mapa de preços constante deste processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisa de mercado.

### **6 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**



**6.1** – Os produtos serão fornecidos conforme a necessidade da Câmara Municipal e deverão, obrigatoriamente, estarem em consonância com o estabelecido no presente termo de referência.

**6.2** - O fornecimento será efetuado conforme a necessidade da Câmara Municipal, a qual será efetuada uma ordem de fornecimento autorizando o servidor a receber na sede da Câmara Municipal.

## **7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** - A Contratada obriga-se a:

**7.1.1** – O produto fornecido deverá ser de ótima qualidade atendendo as exigências das descrições estabelecidas.

**7.1.2** - Efetuar o fornecimento em perfeitas condições de higiene, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações.

**7.1.3** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.4** - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, caso esteja em desacordo com o Termo de Referência;

**7.1.5** - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente;

**7.1.6** - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do fornecimento, com a devida comprovação;

**7.1.7** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**7.1.8** - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**7.1.9** - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1** - A Contratante obriga-se a:

**8.2** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas, conforme previsto no artigo 117 da Lei 14.133/21;

**8.3** – Receber os materiais, fazer a conferência e, atendendo ao objeto licitado, aprová-los;

**8.4** – Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura mensais da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório dentro dos prazos e condições pactuados;

**8.5** – Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços dentro das condições estabelecidas;

**8.6** – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;

**8.7** – Recusar Notas Fiscais ou Faturas que estejam em desacordo com as exigências editalícias informando à CONTRATADA e sobrestando o pagamento até a regularização da condição;

**8.8** – Indicar Gestor de Contrato;

**8.9** – Receber, zelar e guardar os objetos licitados.

## **9 - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**9.1.1** - Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Câmara Municipal poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **10 - CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**10.1** - A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Câmara Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Presidência da Casa.

**10.1** - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**10.1** - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em



corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** – A CONTRATADA está sujeita à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total deste contrato por dia e por descumprimento de obrigações fixadas no Edital. A multa tem de ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação.

**11.2** – A Administração do CONTRATANTE ou Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**11.3** – Advertência;

**11.3.1** – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, contado da comunicação oficial;

**11.3.2** – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**11.3.4** – Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

**11.3.5** – Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;

**11.3.6** – Não manter a proposta, injustificadamente;

**11.3.7** – Comportar-se de modo inidôneo;

**11.3.8** – Fizer declaração falsa;

**11.3.9** – Cometer fraude fiscal;

**11.3.10** – Falhar ou fraudar na execução deste contrato.

**11.3.11** – Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo I do Título IV da Lei n.º 14.133/21.

**11.3.12** – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 1 a 3 desta Cláusula.

**11.3.13** – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

## **12 – DO FORNECIMENTO**

**12.1** – O objeto deste contrato deve ser fornecido em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos da emissão da ordem de fornecimento ou do devido empenho, sob pena de não aceitação dos produtos e rescisão do termo contratual firmado, sem possibilidade de prorrogação.

**12.2** – O horário de entrega via guincho deve ser observado pelo fornecedor, de tal maneira que a entrega seja iniciada após as 08 horas da manhã e finalizada antes das 14 horas da tarde;

**12.3** – Os prazos de entrega admitem prorrogação, desde que esta seja justificada por escrito e previamente autorizada pela Administração devendo a solicitação ser encaminhada em até 01 (um) dia antes de vencimento do prazo de entrega estipulado e mantidas as demais obrigações previstas no presente Termo de Referência.

**12.4** – Não serão recebidos materiais com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência;

**12.5** – Nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021, os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

**12.5.1.** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

**12.5.2.** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório.

**12.6** – Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;



**12.7** – O material entregue com defeito ou fora das especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação;

**12.8** – A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares;

**12.9** – O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita entrega dos bens adquiridos, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

### **13 – DA GARANTIA**

**13.1** – A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo, 05 (cinco) anos, a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

**13.2** – Na hipótese da garantia oferecida pelo fabricante seja superior ao estabelecido pela cláusula anterior, esta prevalecerá.

**13.3** – A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato de conclusão da entrega do objeto, o qual pode constar também da Nota Fiscal.

**13.3** – No caso de substituição do bem, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

**13.4** – Durante o período de garantia e assistência técnica, a Câmara Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.

**13.5** – A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

### **14 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** – A presente contratação será formalizada mediante termo de contrato ou instrumento equivalente, tendo em vista o atendimento previsto na legislação.

**14.2** - O instrumento equivalente encontra-se no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, onde cita que a Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

### **15 – RESCISÃO**

**15.1** – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

**15.2** – O presente contrato será rescindido pelo CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**15.3** – A rescisão será formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.4** – A rescisão ocorrerá também caso o CONTRATANTE verifique que a qualidade dos materiais entregues pela CONTRATADA estejam fora das especificações necessárias.

### **16 – MODALIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO**

**16.1** - Dado que o bem pretendido possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser adquirido(s) por meio de Pregão, conforme disposto no Art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

**16.2** - Entretanto, ainda que não haja legalmente um valor mínimo para a realização de Pregão, no caso presente, caso seja verificado o baixo valor da aquisição/contratação e a economicidade processual, poderá ensejar que a aquisição se dê por Dispensa de Licitação com fundamento no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelos devidos Decretos.

**16.3** – Assim, a modalidade do certame licitatório será definida conforme a pesquisa de preço e a estimativa de custo realizada pelo setor competente.

### **17 – DO TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS**



**17.1** – Será realizado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006.

## **18 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**18.1** - O presente procedimento possui Estudo Técnico Preliminar em anexo ao Termo de Referência, conforme preceitua o art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

## **19 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**19.1** - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- VII - a regularidade perante a Fazenda do Estado de Goiás.

**19.2** - A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada no Sicaf ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando o procedimento for realizado em sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas. O disposto neste parágrafo deve constar expressamente do aviso de contratação direta.

**19.3** - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o pregoeiro deverá solicitar ao vencedor, no prazo definido no edital, o envio desses por meio do sistema.

## **20 – DO ENVIO DA PROPOSTA EM CASO DE DISPENSA POR BAIXO VALOR**

**20.1** - O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por via eletrônica, preferencialmente por correio eletrônico (e-mail), a ser disponibilizado no documento de publicação, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **21 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**21.1** - O critério de julgamento será o de menor preço por item, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

**21.2** - A utilização da forma presencial no eventual Pregão se justifica tendo em vista o previsto no parágrafo segundo do artigo 17 da Lei 14.133/2021, que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.



**21.3** – Se justifica a realização de pregão na forma presencial pela Câmara Municipal não possuir suporte e treinamento para utilização dos sistemas eletrônicos de pregão, bem como pela simplicidade dos produtos a serem adquiridos.

**21.4** – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**21.5** – Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas nesta Dispensa de Licitação, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, quando comparados aos preços de mercado.

**21.6** – O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 100,00 (cem) reais.

## **22 - DO FORO**

**22.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio do Descoberto para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

## **23 - CONTATOS**

**23.1** – Diretoria de Compras e Licitações

E-mail: [compraslicitacoes@camarasad.go.gov.br](mailto:compraslicitacoes@camarasad.go.gov.br)

Tel: (61) 3773-2879

Sra. Glória da Mota Fernandes

**23.2** – Chefe do Departamento de Transportes

E-mail: [frotas@camarasad.go.gov.br](mailto:frotas@camarasad.go.gov.br)

Tel: (61) 98137-8587

Sr. Alaylsson Abdon Nobre

Santo Antônio do Descoberto – GO, 17 de junho de 2026

**Alaylsson Abdon Nobre**

Diretor de Transportes